PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

REGINA CÉLIA DE SOUZA RODRIGUES

HABITAÇÃO SOCIAL:
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE DOS MANACÁS EM TRINDADE-GO

GOIÂNIA – GO
2018

REGINA CÉLIA DE SOUZA RODRIGUES

HABITAÇÃO SOCIAL:
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE DOS MANACÁS EM TRINDADE-GO

Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Serviço Social – da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profª. Dra. Lúcia Maria Moraes.

GOIÂNIA – GO
2018

R696h Rodrigues, Regina Célia De Souza
Habitação social Condomínio Residencial Parque dos Manacás em Trindade-Go [manuscrito] /.-- 2018. 114 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Goiânia, 2018.
Inclui referências, f. 107-114

1.Habitação - Social – Trindade (GO). 2. Habitação – Análise do Trabalho Técnico Social – Trindade (GO). I.Moraes, Lúcia Maria. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 365.42(043)

REGINA CÉLIA DE SOUZA RODRIGUES

HABITAÇÃO SOCIAL:
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE DOS MANACÁS EM TRINDADE-GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Serviço Social, defendida em 03 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Dra. Lúcia Maria Moraes
Orientadora/PUC GOIAS

_____

Profª. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro
Membro Titular/ EXTERNO

_____

Profª. Dra. Maria Conceição S. Padial Machado
Membro Titular/PUC GOIÁS

_____

Profª. Dra. Maria José Pereira Rocha
Suplente/PUC GOIÁS

Goiânia – GO
2018

Dedicatória

Em memória de meu pai Antonio Rodrigues (meu eterno amor), homem simples, humilde e mesmo não tendo oportunidades de adquirir conhecimentos acadêmicos, muito me ensinou através de seus conhecimentos de vida;

A minha mãe, Helena de Souza Rodrigues (meu anjo terrestre), exemplo de força, garra, determinação e companheira em todas as horas;

Aos meus irmãos Antonio José (in memoriam), Bernadete e Renato, pessoas amadas e queridas;

Aos meus queridos sobrinhos Antonielly, Daniela e Lullyanne pelos incentivos e ajuda dispensada;

Ao meu esposo Emanoel pela sua presença e desprendimentos nesta caminhada;

Aos meus filhos amados Paulo José e Layane Nara pelo apoio, carinho e incentivos constantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Lucia Maria Moraes, pela confiança, incentivo e preciosas contribuições no decorrer deste trabalho. Muito Obrigada!!

Agradeço a professora Maria Conceição S. Padial Machado que incentivou e orientou-me nos primeiros passos neste trabalho e pelas contribuições na banca de qualificação e de defesa. Muito obrigada!!

Agradeço a professora Eleusa Bilemjian Ribeiro por ter participado da banca de qualificação e defesa. Muito obrigada pelas valiosas contribuições!

Agradeço a Professora Maria José P. Rocha pelas sabias palavras e ter compartilhado experiências nos momentos em que pensei desistir. Muito Obrigada!

Agradeço a Assistente Social Vanilce Maria Medeiros por sua gentileza e atenção dispensada. Muito obrigada!!!

Agradeço aos amigos os incentivos recebidos de maneira especial as companheiras de jornada Ircilene Batista, Lizenor Lewergger, Maria Abadia Melo, Marinete Roza, Sandra das Dores e Terezinha Figueredo. Muito obrigada!!!

A minha família por estarem presentes nos momentos de aflição e de alegria.

Estendo meus agradecimentos às todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte deste momento. Muito obrigada!!!

“*Superação é ter habilidade de aprender com o passado, não se conformar com o presente e desafiar o futuro.”*

Hugo Bethlem

RESUMO

A moradia para baixa renda é um problema social antigo, mas desde o início da industrialização na década de 1930, essa questão vem sendo agravada em todo o país, embora tenham sido implantados vários programas de financiamento à casa própria, ligados ao Banco Nacional de Habitação (BNH, 1964) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV, 2009). Partindo dessa constatação essa pesquisa propôs analisar o Trabalho Técnico Social (TTS) do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Residencial Parque dos Manacás no município de Trindade no estado de Goiás. Devido a grande importância do Programa na definição, elaboração e construção dos Conjuntos Habitacionais a pesquisa detectou a falta de adesão dos moradores. A pesquisa tem por objetivo analisar o Trabalho Técnico Social (TTS) do PMCMV desenvolvido junto às famílias residentes; reconhecer como os nexos e mediações da realidade concreta dos moradores estão sendo desenvolvidos o que leva a refletir sobre os desafios do Assistente Social nos programas/projetos de habitação de interesse social. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratório, de natureza quanti-qualitativa, realizada a partir de pesquisas documentais e bibliográficas, conversas e aplicação de instrumento de pesquisa (questionário), na tentativa de compreender a história e as dificuldades dos moradores do Residencial Parque dos Manacás.

Palavras-chave: Política Nacional de Habitação. PMCMV. Trabalho Técnico Social.

ABSTRACT

.

Housing for low income is an old social problem, but since the beginning of industrialization in the 1930s, this issue has been aggravated throughout the country, although several home loan programs linked to the National Housing Bank (BNH, 1964) and the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV, 2009). Based on this finding, this research proposed to analyze the Social Technical Work (TTS) of the My Home My Life Program (PMCMV) at the Parque dos Manacás Residential in the municipality of Trindade in the state of Goiás. Housing Sets the research detected the lack of adhesion of the residents. The research aims to analyze the Social Technical Work (TTS) of the PMCMV developed with the resident families; recognize how the nexus and mediations of the concrete reality of the residents are being developed which leads to reflect on the challenges of the Social Worker in social housing programs / projects. This is a descriptive exploratory research, of a quantitative-qualitative nature, based on documentary and bibliographic research, conversations and application of a research instrument (questionnaire), in an attempt to understand the history and difficulties of the residents of Residencial Parque dos Manacás.

Keywords: National Housing Policy. PMCMV. Social Technical Work.

LISTA DE SIGLAS

AFIPE –	Associação Filhos do Pai Eterno
AGEHAB –	Agencia Goiana de Habitação
APA –	Área de Preservação Ambiental
BNH –	Banco Nacional de Habitação
BID –	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADÚNICO –	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAO –	Comissão de Acompanhamento de Obra
CEF –	Caixa Econômica Federal
CFESS –	Conselho Federal do Serviço Social
CEP –	Comitê de Ética em Pesquisa
CESPE –	Centro Social Pai Eterno
CNBB –	Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
CNDDH –	Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos
COHAB –	Companhia de Habitação
CONCIDADES –	Conselho das Cidades
CONTRAM –	Conselho Nacional de Transito
COTS –	Caderno de Orientação do Trabalho Social
CPG –	Centro de Professores de Goiás
CRE –	Comissão de Representantes
DPLAN –	Departamento de Planejamento e Coordenação
DST/AIDS –	Doença Sexualmente *Transmissivel/ Acquired Immune Deficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
EMCIDEC –	Empresa de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social
FAR –	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP –	Fundação Casa Popular
FDS –	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS –	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV –	Fundação Getúlio Vargas
FJP –	Fundação João Pinheiro
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FNHIS –	Fundação Nacional de Habitação de Interesse Social

FNRU –	Fórum Nacional da Reforma Urbana
HIS –	Habitação de Interesse Social
IAP –	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBAM –	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA –	Instituto de Estudos Socioambientais
IMB –	Instituto Mauro Borges
IPAC –	Instituto de Profissionalização, Aprendizagem e Cultura
IPEA –	Instituto de Pesquisa de Educação Aplicada
LOAS –	Lei Orgânica da Assistência Social
MCIDADES –	Ministério das Cidades
MCMV –	Minha Casa Minha Vida
MG –	Minas Gerais
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OGU –	Orçamento Geral da União
PAC –	Programa de Aceleração do Crescimento
PEHIS-GO –	Plano Estadual de Habitação Social de Goiás
PIB –	Produto Interno Bruto
PLANHAB –	Plano Nacional de Habitação
PLHIS –	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMDB –	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD –	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNDU –	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNH –	Política Nacional de Habitação
PNHR –	Política Nacional de Habitação Rural
PNHU –	Política Nacional de Habitação Urbana
PMCMV –	Programa Minha Casa Minha Vida
PPA –	Plano Plurianual
PSF –	Programa Saúde da Família
PTTS –	Projeto de Trabalho Técnico Social
PUC-GO –	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RMG –	Região Metropolitana de Goiânia
SEAC –	Secretaria Especial de Ação comunitária
SEGPLAN –	Secretaria de Gestão e Planejamento

SIMU –	Sistema de Informação da Mobilidade Urbana
SFH –	Sistema Financeiro de Habitação
SNH –	Secretaria Nacional de Habitação
SNMU –	Secretaria Nacional da Mobilidade Urbana
SNSA –	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SUAS –	Sistema Único da Assistência Social
TRANSURB –	Transporte Urbano
TS –	Trabalho Social
TTS –	Trabalho Técnico Social
UH –	Unidade Habitacional
UNOPAR -	Universidade Norte do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Mapa Político de Trindade. 44
Figura 2: Antiga Praça da Igreja Matriz de Trindade, 1920. 45
Figura 3: Romeiros rumo a Trindade, 2017. 46
Figura 4: Transportando a imagem do Pai Eterno durante o desfile, 2017. 47
Figura 5: A presença do cãozinho e sua carrocinha, 2017. 48
Figura 6: Atrações no desfile: bode e sua carrocinha, 2017. 48
Figura 7: O carro puxado por bodes. 48
Figura 8: Desfile dos muladeiros e cavaleiros, 2018. 48
Figura 9: Rompimento do esgoto, 2015. 49
Figura 10: O comercio em dias de romaria, 2017. 50
Figura 11: Momentos dedicados as compras, 2017. 50
Figura 12: Vitimas da vulnerabilidade social (2011). 51
Figura 13: Expressões do limite da pobreza, 2015. 51
Figura 14: Exclusão social, Festa de Trindade 2018. 51
Figura 15: População marginalizada. Festa de Trindade, 2018. 51
Figura 16: Religiosos e políticos presentes na Missa Solene, 2017. 53
Figura 17: Missa de encerramento da festa, 2017. 53
Figura 18: Casa de placa, mutirão da moradia, Setor Arco-Íris, 2018. 56
Figura 19: Muro de placas - Conjunto Arco-Íris, 2018. 56
Figura 20: Visão geral sobre a constituição do PMCMV. 67
Figura 21: Ocupação de terras no municipio de Campestre em 1998. 76
Figura 22: Marcha dos posseiros - Campestre/Goiânia, no ano de1999. 76
Figura 23: Vista área do Condomínio Residencial Parque dos Manacás. 77
Figura 24: Condomínio: Rua principal de acesso ao Condomínio. 77
Figura 25: Planta baixa - apartamento do Residencial Manacás. 78
Figura 26: Vista parcial dos blocos – Residencial Parque dos Manacás, 2018. 79
Figura 27: Descumprimento do Regimento Interno, 2018. 79
Figura 28: Uso de porta na entrada em um dos blocos, 2018. 80
Figura 29: Uso de portão na entrada em um dos blocos no Manacás, 2018. 80
Figura 30: Bloco com entrada com livre acesso, 2018. 80
Figura 31: Unidade de saúde próxima ao Condomínio, 2018. 84
Figura 32: Sede do Centro Social Pai Eterno, 2018. 84
Figura 33: Fossa desativada, 2018. 85
Figura 34: Fossas, 2018. 85
Figura 35: Esgoto inundando apartamento – Manacás, 2014. 86
Figura 36: Problemas de elevação-caixa do esgoto, 2014. 86
Figura 37: Hidrômetro com vazamentos, 2018. 86
Figura 38: Caixa de distribuição de energia, 2018. 86
Figura 39: Peça teatral, 2014. 92
Figura 40: Campanha "Papa óleo", 2015. 92
Figura 41: Capacitação do sindico e equipe em gestão administrativa 99

Figura 42: Palestra sobre relação interpessoal. 99
Figura 43: Curso ofertado pelo Trabalho Técnico Social – eixo Geração de trabalho e renda, 2014. 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:Princípios da Politica Nacional de Habitação/2004 32
Quadro 2: Ministério das Cidades e duas Secretarias. 33
Quadro 3: Eixos e ações a serem desenvolvidas no Projeto de Trabalho Técnico Social 92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Unidades habitacionais por região construídas pela fundação da casa popular até 31/12/1960. 29
Tabela 2: Unidades financiadas pelo BNH para o mercado popular. 31
Tabela 3: Programa Mutirão da Moradia. 37
Tabela 4: Situação da Ocupação de lotes cadastrados dos municípios pertencentes à RMG. 40
Tabela 5: População Total da RGM-2010 – 2017. 42
Tabela 6: Ranking dos vinte municípios por quantidade de famílias em situação de déficit habitacional. Goiás – 2017. 57
Tabela 7: Quantitativos dos participantes por gênero. 81
Tabela 8: Renda familiar declarada pelos moradores do Condomínio Residencial Parque dos Manacás. 82
Tabela 9: Ano da assinatura do contrato e entrega das chaves aos moradores do Residencial Parque dos Manacás. 83
Tabela 10: Descrição dos custos do Trabalho Técnico Social no Residencial Parque dos Manacás. 96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PMCMV: Unidades habitacionais e participação da RMG e de Goiânia no total de investimento de Goiás (2009-2016). 38
Gráfico 2: População rural e urbana de Goiânia. 39
Gráfico 3: RM de Goiânia: distribuição do investimento do PMCMV, por município (2009-2016).. 43
Gráfico 4: Distribuição de Renda Brasil.....61
Gráfico 5: Déficit Habitacional Urbano (1), por faixas de renda média familiar mensal (2). Brasil, 2007.....65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**
CAPITULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO (PNH) NO BRASIL **22**
1.1 Processo de urbanização e política habitacional no Brasil **23**
1.2 Política urbana e de habitação no Estado de Goiás **34**
CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO DE TRINDADE **44**
2.1 Caracterização do município **44**
2.2 Religiosidade em Trindade **44**
2.3 Trindade e as interferências de Goiânia sobre seu cotidiano **54**
CAPÍTULO 3 - TRABALHO, HABITAÇÃO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS **59**
3.1 Mudanças no mundo do trabalho e os impactos na vida do trabalhador **60**
3.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) **64**
3.3 Lutas e conquistas dos movimentos sociais **69**
CAPÍTULO 4 - CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE DOS MANACÁS **77**
4.1 Conhecendo o Residencial Parque dos Manacás **77**
4.1.1 Perfil dos moradores do Residencial Manacás **81**
4.2 O Trabalho Técnico Social (TTS) e a presença do Assistente Social na política de habitação **87**
4.3 Aspectos do trabalho técnico social desenvolvido no Residencial Parque dos Manacás **94**
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES **103**
REFERÊNCIAS **105**

INTRODUÇÃO

A pesquisa Habitação social: Condomínio Residencial Parque dos Manacás em Trindade - GO advém da preocupação da autora em contribuir com achados para a literatura da importância da Política Nacional de Habitação e os programas que envolvem o direito a moradia. Essa dissertação tem como objeto os programas de Habitação de Interesse Social (HIS) e o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) desenvolvido no referido Condomínio Residencial.

O empreendimento verticalizado (casa sobreposta) com 232 unidades habitacionais faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) utilizando recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)[1]. O conjunto habitacional é uma resposta às demandas sociais, nos Programas de Desenvolvimento Urbano e Rural nas áreas de Habitação, Saneamento e Infraestrutura, destinados à população de baixa renda do município de Trindade. A modalidade FAR é uma das linhas de atuação do PMCM tendo como objetivo atender pessoas com renda de até três salários mínimos e, o valor da prestação mensal é correspondente a 5% da renda mensal familiar.

As iniciativas políticas no campo da habitação social, habitação para a população de baixa renda produzida e financiada por órgãos públicos, na última metade do século XX, caracterizaram-se pela descontinuidade e, sobretudo, sem ancoragem em políticas de desenvolvimento urbano e social. Políticas essas que pouco atende as populações urbanas de baixa renda, revelando-se inócuas frente à expansão das periferias das cidades de grande e médio porte, com seus assentamentos informais e o crescimento descontrolado de posses, favelas e cortiços[2]. Algumas das soluções adotadas, na época, também se mostraram perversas, como os grandes conjuntos habitacionais construídos por meio de financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) entre 1964 e 1987, nas periferias distantes dos centros urbanos, criando, assim, vazios urbanos que

[1] É utilizado em operações realizadas diretamente pelas prefeituras, pelas construtoras ou em parceria entre estes agentes.

[2] Cortiços, casa que servem de habitação coletiva para população pobre. Recebendo outras denominações conforme a localização geográfica, contexto social e cultural: casas de cômodos, albergue, estalagem, hospedaria dentre outros. Desde o século XIX, os cortiços eram considerados locais de “ameaças a ordem moral e social”, também conhecidos como “inferno social” (VALLADARES, 2000).

serviram para a lógica da especulação imobiliária, aumentando a exclusão da população da classe trabalhadora.

Nesse sentido corroboramos com os dizeres de Maricato (2013) de que “a moradia é uma mercadoria especial”. Ela demanda terra, ou melhor, terra urbanizada com redes de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários. A autora explicita que tem uma “vinculação com a macroeconomia já que o mercado depende de regulação pública e subsídios ao financiamento, portanto ao disputar investimentos com outros ativos financeiros, ela exigirá mover o coração da política econômica” (MARICATO, 2013, p. 118).

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano, de acordo com a autora (2001) em 2010 foi lançado o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia a e Estatística (IBGE), principal fonte de dados dessa análise, e entre os anos de 1960 a 2000 houve um crescimento de 55,3% na taxa de urbanização[3] e já na atualidade a taxa de urbanização é de 85% com uma população de 207.075.975 milhões de habitantes. Os dados do último censo mostram que a população total brasileira era de 190.755.799, sendo a urbana 160.925.792 (84,365) e a rural em 29.830.007.

O Estado de Goiás de acordo com o IBGE (2010), contava com uma população de 6.778.772 habitantes. A capital do Estado, Goiânia, em 2017 (estimativa do IBGE) o número de habitantes chegou a 1.466.105 e o aumento populacional contribui para aumentar a segregação[4] social espacial dos trabalhadores pobres para locais periféricos e em área de posse. Mesmo diante desse contexto, não há registros da existência de cortiços na cidade de Goiânia. O município de Trindade, situado na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), possui uma população de 121.266 (IBGE, 2010).

As articulações dos movimentos sociais na luta pela moradia avançaram com importantes marcos institucionais a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, dentre eles destacam-se instrumentos jurídicos como o Estatuto da Cidade (2001); a criação do Ministério das Cidades - MCidades (2003), a consolidação dos espaços de participação nas Conferencias Nacionais das Cidades e no Conselho das

[3] Urbanização é um termo com conotação espacial estendida, que envolve o movimento social e político do processo de constituição do sistema do capital (MACHADO, 2009).

[4] A “segregação esta ligada as privações de necessidades básicas: alimentação; habitação; cuidados médicos; educação; serviço social e ambiental; bens de consumo; oportunidades de lazer; amenidades de vizinhança e facilidades de mobilidade” (HARVEY, 1980 *apud* VIANA, 2016, p.87).

Cidades (2004), estabelecendo condições para uma nova Política Nacional de Habitação (PNH)[5].

O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) é parte integrante dessa nova Política Nacional de Habitação (PNH), em especial nos Programas de Interesse Social e que, apesar de obrigatório, ainda é desconhecido por um grande segmento da sociedade. O PTTS é uma proposta de trabalho junto dos empreendimentos habitacionais. Nas intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, os projetos, de uma maneira geral devem ter enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade e preservação ambiental. Buscando integrar a prática cotidiana aos princípios e diretrizes das políticas sociais, que tem como finalidade a transformação da realidade e a melhoria efetiva nas condições de vida da população (BRASILIA, 2013).

Durante o período de estágio na graduação do curso de Serviço Social da Universidade Norte do Paraná (Unopar), foram observadas algumas fragilidades presente na execução do TTS no tocante a pouca participação dos moradores do Residencial Manacás nas reuniões, palestras e outras atividades propostas, mesmo com o plantão social em que se faziam orientações e encaminhamentos relacionados aos benefícios[6] previdenciários e assistenciais. Este impasse entre as propostas do PTTS e anseios dos moradores do Condomínio nos remete ao pensamento de Marx e Engels, contidos no livro Dezoito Brumário “[...] os homens fazem sua própria história, mas não fazem como querem; não a fazem sob circunstancias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente” (MARX; ENGELS, 1974, p. 335).

Partindo da problemática da falta de adesão dos moradores do Residencial Parque dos Manacás nos projetos, a pesquisa tem por objetivo analisar o TTS do PMCMV desenvolvido junto às famílias residentes; reconhecer como os nexos e mediações da realidade concreta dos moradores presentes estão sendo desenvolvidos; refletir sobre os desafios do Assistente Social nos programas/projetos de habitação de interesse social.

---

[5] Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS, contida no Anexo I.

[6] Encaminhamentos as políticas públicas e apoio com o Centro de Referencia de Assistência Social-(CRAS), providencias quanto as demandas escolares; orientação as famílias para atualização do CadÚnico e Bolsa Família, dentre outros.

Para Gressler (2004, p. 41), a pesquisa é a “tendência natural da inteligência humana”, proporciona novos conhecimentos e avanços, pois investiga as causas e as origens dos fatos para entender o modo como elas são ou ocorrem e o porquê das coisas. A pesquisa é, antes de tudo, uma forma inteligente de comparação entre a realidade e as evidências. Gil (1991, p. 19) define pesquisa como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. De acordo com Gressler (2004, p. 49) “[...] os tipos de pesquisa dependem dos objetivos do estudo e da natureza do problema”.

A presente pesquisa para melhor compreensão do objeto adotou a abordagem quanti-qualitativa que se configura como um processo de reflexão e análise da realidade por meio de métodos e técnicas que permitam vislumbrar os nexos e mediações presentes no objeto de estudo. Minayo (2009) ressalta que os dados quantitativos e qualitativos da realidade social não se opõem, eles se complementam. Para a autora (2009) a diferença das abordagens não se dá pela escala hierárquica, mas refere-se à natureza, assim o termo "qualitativo-quantitativo", em que o primeiro termo seria o lugar da "intuição", da "exploração" e do "subjetivismo"; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido "objetivamente" e em "dados matemáticos" (MINAYO, 2009, p. 22).

Em relação aos objetivos da pesquisa, pode-se dividi-las em três grandes grupos: as exploratórias, as descritivas e as explicativas. Segundo Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias buscam “proporcionar maior familiaridade com o problema”, desejando aumentar o conhecimento acerca de algum tema, fazendo-o geralmente através de levantamento de dados bibliográficos, questionários, participação, observação e experimentação.

As pesquisas descritivas procuram decifrar as características de uma sociedade ou fenômeno como motivação principal, embora também sirvam para procurar relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa é muito utilizada para desenvolver conhecimentos de ordem prática (GIL, 1991).

As pesquisas explicativas são as que mais contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico, pois tem como objetivo primordial identificar quais são os fatores que levam a determinado fenômeno, explicando o porquê de sua ocorrência. É um tipo de pesquisa que procura aprofundar mais acerca de um tema (GIL, 1991).

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória, pois investigou o TTS desenvolvido em um conjunto habitacional em Goiás, com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o tema, uma vez que a pesquisadora trabalha no conjunto como estagiária. O caráter exploratório também está presente na observação participante e no contato com pessoas que possuem experiência prática na área da habitação. O trabalho, ainda, é uma pesquisa qualitativa, pois a autora fez uma interpretação das informações e dos dados coletados, que não têm fins estatísticos e são aplicados às ciências sociais.

Neste sentido, a pesquisa se deu por meio das modalidades, a saber: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica apresenta o aporte teórico a partir de conceitos ou referências como: moradia, trabalho, cotidiano, realidade concreta e autonomia. Com levantamentos da produção acadêmico-científica através de teses e dissertações, outras fontes bibliográficas, predominantemente obras publicadas por autores, constantes no item Referências, artigos localizados principalmente em revistas de editoras de universidades ou do mercado editorial, bem como em sites diversos existentes sobre a temática.

A fim de compreender o objeto de estudo da pesquisa, fez se uma busca de literatura que tratava da PNH, e destacaram alguns estudiosos que contribuíram para essa discussão, tais como Gohn (2004, 2010); Vieira Filho e Moraes (2013) Gomes (2005); Iamamoto (2014, 2015); Machado (2009); Maricato (2013,2015); Marx (1996); Moraes (2006, 2013); Moysés (2005), dentre outros.

A pesquisa documental se deu através de Leis, documentos e material obtido em Anais de Congressos e nas instituições públicas responsáveis pela aplicação da política urbana e habitacional nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal, em especial no município de Trindade.

A pesquisa de campo possibilitou observar e coletar dados junto aos moradores e a equipe técnica. Foram utilizadas entrevistas, aplicação de questionário, conversa informal com moradores e técnicos responsáveis pela elaboração e execução do projeto, além da observação e participação em reuniões promovidas pelo sindico. A pesquisa empírica permitiu melhor compreensão sobre o cotidiano dos moradores e o Trabalho Técnico Social executado no Condomínio Residencial Parque dos Manacás.

Quanto à estruturação do trabalho é composto por quatro capítulos. O primeiro Capítulo trata de um breve histórico da Política Nacional de Habitação ressaltando alguns governos no âmbito federal, sendo abordado também o Sistema Financeiro de Habitação (SHF), a criação e extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o surgimento da PNH em 2004, perpassando na realidade do Estado de Goiás; No segundo Capítulo tem-se uma breve caracterização do município de Trindade e as interferências de Goiânia na dinâmica da cidade de Trindade. No terceiro Capítulo foram abordados as mudanças ocorridas no campo do trabalho e seus impactos na vida do trabalhador, outro enfoque foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), retratando características principais do programa, forma de funcionamento e suas modalidades, conforme publicações e orientações do Ministério das Cidades (MC) e a importância dos movimentos sociais, as lutas e conquistas da sociedade.

No quarto Capítulo foi retratado o Residencial Condomínio Parque dos Manacás, localização, aspectos físicos bem como o perfil socioeconômico dos moradores, também foram descritos o Trabalho Técnico Social (TTS) e seus eixos, desenvolvido na fase pós-obra junto aos residentes do condomínio, confrontando o cotidiano e a realidade concreta com os problemas e potencialidades presentes no PTTS. E, por fim, algumas considerações da pesquisa empírica.

CAPITULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO (PNH) NO BRASIL

> *A política habitacional [...] não parte de visão compreensiva do "problema urbano" no País. Ao contrário, desde o inicio da implantação ela tem caráter nitidamente fragmentário. Privilegia o aspecto stricto sensu, e só muito gradualmente anexo novas áreas, tais como água, esgotos sanitários, e planejamento das cidades (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p.16)*

Para entender o acesso das classes populares a moradia, segundo Silva e Silva (1989), faz-se necessário conhecer o caráter estrutural da moradia. A questão da moradia já fazia parte dos estudos de Engels (1988), desde 1845. No final do século XIX, na Alemanha, Engels (1988) descreve a penúria da habitação mediante a dinâmica da industrialização e a escassez da moradia para a classe operária, e já anunciava que a habitação se tornaria um problema para a sociedade, advertindo sobre as classes que seriam atingidas e as causas deste sério problema habitacional. E continua, afirmando que "a falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um destes sofrimentos próprios do moderno proletariado [...] ela atingiu de uma forma bastante parecido todas as classes oprimidas de todos os tempos". É explicito que esse problema perpassa por todos os períodos da história e pode-se dizer que continua sendo um dos graves problemas da população pobre no período contemporâneo.

Engels (1988, p. 90) deixa claro que "para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar pura e simplesmente a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante".

Os estudos de urbanização sobre a dinâmica da cidade, a escassez da moradia é retratada por Marx (1996) que explica que a gênese da questão da moradia, seu caráter estrutural atrelado à concentração de renda e riqueza inerentes ao capitalismo, com a expulsão dos trabalhadores de suas terras afastando dos seus meios de produção, expondo-os a todo tipo de infortúnios e privações no Brasil, deve-se somar a expulsão dos escravos de seu lócus de trabalho no meio rural que se deu com a Lei Áurea, 1988 que liberou os negros e como os mesmos não foram favorecidos com terras rurais, assim foram obrigados a refugiar nas grandes cidades

e consequentemente morar em lugares insalubres a população foi comprimida em pequenos espaços, casas inadequadas para adultos e crianças.

O autor deixa claro que, quanto mais rápido “se acumula capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido o fluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as moradias improvisadas dos trabalhadores” (MARX, 1996, p. 290). Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e outras ainda encontram um grande número de cortiços que data do período da revolução industrial.

O processo de urbanização revela Harvey (2014), contribuiu para a precariedade da vida urbana com a crescente favelização, valorização imobiliária e desapropriação das massas urbanas.

O cenário urbano brasileiro não pode ser visto apenas a partir da economia ou do processo industrial, mas como um processo que é determinado pela dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas numa formação social, sendo em si um fenômeno dinâmico que se constrói no processo histórico. Alguns pesquisadores como Bonduki, Castells, Harvey, Maricato, Rolnik, Oliveira e tanto outros mostram que a história da habitação no Brasil passa, necessariamente, pela história da propriedade fundiária voltada para o grande latifúndio, assunto a ser tratado neste capitulo quando aborda a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Oliveira *et al.,* (2011, p. 10) compreendem que ao “discutir, portanto, habitação de interesse social no país é discutir, também, como no Brasil as elites se perpetuaram, com base numa forte cultura patrimonialista”, como as grandes detentoras legais da maioria das terras brasileiras.

1.1 Processo de urbanização e política habitacional no Brasil

O urbano constitui-se como espaço de realidade contraditória, pois ao mesmo tempo em que é um lugar de lutas e conquistas dos sujeitos sociais ocorre à reprodução do capital e reprodução das classes sociais, onde a instancia econômica prevalece sobre o social “o homem passa a ser, em sua essência aquilo que possui” (MACHADO, 2009, p. 164) conforme as expressões históricas do capitalismo.

Gomes (2005) descreve que a passagem do século XIX ao século XX, com a abolição da escravatura, a crise da lavoura cafeeira e o início da industrialização, houve a migração externa e interna para as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que se transformam em centros industriais. O autor explicita que “o

processo de urbanização que se deu de forma acelerada muda o cenário urbano: o traçado das velhas cidades já não corresponde às exigências da nova indústria nem ao seu grande movimento" (2005, p. 2).

Nas palavras de Castells (1983, p. 460) "a urbanização pode ser entendida como a decomposição prévia das estruturas sociais agrárias, com a emigração da população para centros urbanos existentes". As cidades passam a ter um grande número de trabalhadores morando em locais precários de condições de moradia, de segurança e conforto.

Machado (2009) ressalta que, com a vinda de operários imigrantes europeus, o desafio estava posto, configurando uma nova relação de trabalho. Os trabalhadores europeus conhecedores de seus direitos e deveres através de contato com as lutas operárias em seus países muito contribuiu para a organização e formação da classe trabalhadora no país, pois:

> Os imigrantes europeus portavam uma bagagem política, social e cultural diferenciada; constituíam-se como classe trabalhadora, consciente de direitos e deveres, em especial, os italianos e espanhóis, que tinham um acúmulo de conhecimento sobre novas formas de organizações políticas, com base em princípios oriundos do socialismo, comunismo e anarquismo. Sempre que desrespeitados em seus direitos, rebelavam-se coletivamente contra os fazendeiros, utilizando estratégias diversas que prejudicavam a produção, comportamento que obrigou os empregadores a construir uma nova forma de relação, pois estes trabalhadores não admitiam convivências atreladas à troca de favores entre patrões e empregados, submissão, humilhação ou chantagem (MACHADO, 2009, p. 68).

As considerações de Gomes (2005) fazem uma abordagem de que a cidade passa a refletir não só as transformações que se realizam no âmbito do capitalismo mundial, mas também se preparam para oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento industrial. A classe trabalhadora passa a viver em condições de precariedade nos espaços urbanos exposta a graves problemas urbanos como a falta de saneamento básico, água potável e rede de esgoto, propiciando a concentração de epidemias, expandindo drasticamente a exploração, a miséria e o agravamento das condições sanitárias. Acidade vai se constituindo como espaço do capitalismo marcado pela contradição e exploração.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), o histórico da situação do proletariado desde inicio da industrialização já era marginalizada social e ecologicamente dentro das cidades. A população operária vivia em bairros insalubres, o salário que recebiam era insuficiente para a subsistência forçando

mulheres e crianças, em idade prematura, ingressarem no mercado de trabalho. Ao utilizar esse mecanismo pressionava e reforçava o rebaixamento do preço da força de trabalho devido ao exército de reserva.

Assim, “o operário contava, para sobreviver, apenas com a venda diária da sua força de trabalho, de sua mulher e filhos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 138). O excesso de população, ou seja, mão de obra disponível para o mercado gerava “uma crescente riqueza para o capitalista e uma acumulação de miséria para a classe que cria o capital, sob a forma de seu próprio produto” (NUN, *et al.*,1978, p. 52).

De acordo com Kovarick (1993) e Bonduki (1998) a produção de habitação para determinada faixa de renda estão associadas á lógica de mercado, pois detém o controle da terra urbana, tornando-a uma mercadoria especial de alto custo, dificultando o acesso para as famílias que dela precisam. Durante a República Velha (1889-1930), o Estado transferiu a responsabilidade da produção de habitação para a iniciativa privada que recebia isenções fiscais para produzir moradias mais baratas e aluguéis mais baixos. Com isso, os empreendedores ampliavam sua rentabilidade enquanto que a camada empobrecida da sociedade deveria contentar-se com moradias indignas, humilhantes e subumanas.

Os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte foram as vilas operárias construídas pelas indústrias em varias cidades brasileiras, com o intuito de manter o controle ideológico, político e moral dos seus operários, dificultando assim possíveis greves e paralisações através do condicionamento entre a perda do emprego e o despejo da casa (BONDUKI, 1998).

No governo Vargas (1930-1945), iniciou-se a construção da nova capital do Estado de Goiás, Goiânia, que até então estava ligada diretamente à Cidade de Goiás ou Vila Boa de Goiás. Neste período, muitos trabalhadores com esposas e filhos se deslocaram para área destinada à construção da nova capital. Necessário ressaltar que os espaços destinados para o alojamento dos trabalhadores/operários consistiam em instalações feitas de madeiras cobertas de palhas e para atender os servidores do governo estadual foram construídas casas de madeira, assim:

> No início da implementação do projeto de Goiânia, já se pode perceber diferenciação social no tocante à habitação. Para mão-de-obra menos qualificada foram construídos ranchos de capim, enquanto para os mais qualificados construíram-se casas de madeiras. Entre os últimos, estavam

> os trabalhadores – pedreiros, mestres-de-obras e estrangeiro (BERNARDES, 2009, p. 42).

Neste período, onde era estimulado o crescimento econômico, o modelo de política urbana era voltado para o embelezamento das cidades. Através dos Planos de Embelezamento de Cidades no Rio de Janeiro com o Plano 'Pereira Passos' em 1903 e o Plano Agache (1926-1930) e na cidade de São Paulo com o Plano de Avenidas Preste Maia em (1930) e outras cidades que foram praticamente reconstruídas e reestruturadas em suas áreas centrais, medidas essas que tinham como objetivo captar recursos do investidor estrangeiro de modo a consolidar o mercado imobiliário (BOTEGA, 2008).

Assim, ocorria a "expulsão" dos pobres e trabalhadores para a periferia, o desmanche das habitações proletárias era a solução para eliminar epidemias e higienizar o espaço urbano. "A falta de planejamento e a ausência completa de uma política habitacional fizeram com que as favelas e cortiços se proliferassem acompanhando o crescimento industrial" (NOAL, JANCZURA, 2011, p.161).

As reformas urbanas realizadas pelo Estado em diversas cidades brasileiras foram marcadas conforme os interesses e circunstancias do capitalismo e, essas transformações ocorreram não só no campo físico, como também nos hábitos tradicionais das elites políticas, intelectuais e das autoridades públicas da sociedade colonial. A modernização empreendida nos espaços urbanos teve como vetores a remodelação/melhoramento, especialmente em infraestrutura, o saneamento e o embelezamento tiveram impactos visíveis no cotidiano dos homens e mulheres, pois a idéia de progresso sustentada, sobretudo, no impacto do desenvolvimento material sobre a vida das pessoas.

> As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e inicio do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno "a moda" da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, 2013, p.17).

No primeiro governo de Vargas (1930-1945), verificou se uma pequena interferência do Estado no setor habitacional abandonando a "postura de deixar a

questão da construção, comercialização, financiamento e locação (de moradias), as livres forças do mercado" (BONDUKI, 1998, p. 67). O Estado começa de maneira pontual e fragmentada prover habitação para população de baixa renda, intervindo no mercado de aluguel e estimulando a construção de casas para vendas. Entretanto, os preços dessas casas eram inacessíveis para a maioria da classe trabalhadora, deixando ao segmento carente da população o ônus de buscar soluções para sua moradia o que contribuiu para a pratica da autoconstrução e expansão das favelas e aumento dos cortiços, "[...] a casa própria é, aí, colocada como horizonte de referencia para o trabalhador, como única alternativa de morar na cidade" (SILVA, SILVA, 1989, p. 40). O problema da habitação popular foi concomitante com os primeiros indícios de segregação espacial, com a existência de áreas de uso exclusivo para a elite (BONDUKI, 1998).

A falta de condições de moradia já caracterizava como expressão da questão social[7], ressalta-se aqui que a habitação só é problema quando afeta a produção ou reprodução da força de trabalho. A Política de Habitação de Interesse Social[8] começava dar pequenos passos com a criação das Cartas Prediais vinculadas ao sistema previdenciário e regulamentação de alguns decretos[9] e construção dos primeiros conjuntos habitacionais utilizando recursos dos novos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), entretanto, o acesso a essa política era restrita aos associados do instituto.

Outro marco importante foi a Fundação da Casa Popular (FCP)[10] (BRASIL, 1946), primeiro órgão em âmbito nacional,criado no governo Dutra,que tinha como objetivo o financiamento de obras urbanísticas nos centros urbanos, para atender a população pobre, mas durante seus 18 anos de atuação foi marcada pelo clientelismo e a escolha dos adquirentes das casas populares nem sempre teve o caráter impessoal sugerido pela legislação, o acesso as informações e os editais de

[7] As expressões da questão social é a matéria-prima/objeto do trabalho profissional do serviço social (IAMAMOTO, 2015).

[8] O termo "habitação social" foi utilizada na década de 1940, quando o governo passou a ser provedor e financiador de habitação destinada a população pobre, também inclui a regulamentação da locação, incorporação e a falta de infraestrutura gerado pelo loteamento privado"(BONDUKI,1998).

[9] Decreto Lei nº 58 que regula a venda de lotes urbanos, o Decreto Lei do Inquilinato (BRASIL, 1942) que controlava os aluguéis (BRASIL, 1937).

[10] Tendo como objetivo "financiar obras urbanísticas de abastecimento de água, esgotos, suprimentos de energia elétrica, assistência social e outras que visem à melhoria das condições de vida e bem estar das classes trabalhadoras" (AZEVEDO, ANDRADE, 1982, p. 21).

divulgação eram restritos, bem como os prazos para inscrições insuficientes dificultando e reduzindo as possibilidades dos interessados.

> Neste contexto de políticas públicas de intervenções desarticuladas e, portanto, pontuais, a Fundação Casa Popular (1946) tornou-se o primeiro organismo nacional responsável pela política habitacional. Tinha a finalidade de centralizar a política de habitação e visava não apenas a construção de moradias populares como também o fomento a toda a cadeia produtiva da construção civil, locação de imóveis, investimentos em infraestrutura e saneamento, com abrangência a nível nacional, estendendo-se á área rural (SACHS, 1999 *apud* NOAL, JANCZURA, 2011, p.161).

Silva e Silva (1989, p. 40) pontuou que no governo do general Dutra (1946-1950) foi marcado pelo autoritarismo, controle, repreensão dos trabalhadores e desmobilização do movimento operário. A política de intervenção desenvolvida nas favelas por meio da Fundação Leão XIII, pacto entre o Estado e a Igreja, teve como objetivo frear a infiltração e disseminação do comunismo[11]. E, nesse mesmo ano, 1947, ocorreu a decretação da ilegalidade do Partido Comunista (PC) e a cassação dos seus parlamentares.

O segundo governo Vargas (1951-1954), ressalta o autor (1989) foi marcado pelo afrouxamento das restrições estabelecidas por Dutra em relação aos sindicatos, o declínio na política de construção de moradia em diminuição de recursos, mas registra-se a intensificação do clientelismo e favoritismo na distribuição da moradia. Após a morte de Vargas, assume a presidência Café Filho que presidiu o país entre 24 de agosto de 1954 e 8 de novembro de 1955.

No governo de Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1956-1960, em termos econômicos foi marcado por intensa “industrialização, ativismo e confiança nas potencialidades do país” (SILVA, SILVA, 1989, p. 44), entretanto a habitação popular é relegada ao segundo plano, mesmo constatando o agravamento das condições habitacionais dos trabalhadores o atendimento por parte dos Institutos de Previdência e Pensões e da Fundação da Casa Popular era insignificante perante a carência habitacional.

Na distribuição das unidades residenciais construídas pela Fundação da Casa Popular por região percebe-se o desequilíbrio em favor a região sudeste, entretanto, mesmo que a região sudeste tendo recebido a maior distribuição de moradias, o

[11] Comunismo numa visão marxista representa a completa dissolução das barreiras entre o interesse privado e comum.

Estado de São Paulo não edificou nenhuma unidade habitacional através da FCP, e a inexistência de construções na região norte (Tabela 1), fato que pode ser resultante dada a pouca expressividade política da região norte, ressalta Azevedo e Andrade (1982).

Tabela 1: Unidades habitacionais por região construídas pela fundação da casa popular até 31/12/1960.

Regiões	Número de casas		Número de conjuntos	
	Construídos	%	Construídas	%
Norte	—	—	—	—
Nordeste	2.317	14,0	31	22,0
Centro-Oeste	1.860,	11,0	10	7,0
Sudeste	11.837	70,0	84	60,0
Sul	950	5,0	18	11,0
Total	**16.964**	**100,0**	**143**	**100,0**

Fonte: Fundação da Casa Popular, Rio de Janeiro, 1961 (AZEVEDO, ANDRADE, 1982 p. 34).

No Brasil, entre os anos 1961-1964, foram marcados por turbulência política na tentativa de retorno ao nacionalismo desenvolvimentista com Jânio Quadros com a política populista[12] de João Goulart. A Ditadura Militar cria em 1964 o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo[13] juntamente com o Banco Nacional de Habitação[14] (SERFHAU/BNH) com a missão de estimular a construção de habitações de interesse social, gerando emprego e fortalecendo o setor da construção civil bem como financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Azevedo e Andrade (1982, p. 53) relatam ainda que o objetivo principal do governo foi “derivar dividendos políticos, quer sob a forma de votos, quer de prestígio”. Os autores ainda ressaltam que a escolha da habitação como eixo da política urbana era controlar as massas e amenizar o “caos” urbano.

Neste período são sufocadas as ações públicas voltadas para as vilas e favelas, os movimentos sociais e as associações são lançados na ilegalidade e

[12] Foi um instrumento de mistificação das massas, de acobertamento das contradições de classe etc (NETTO, 2010).

[13] Serviço Federal de Habitação e Urbanismo também foi nomeado de Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou Sistema Brasileiro de Habitação (SBH), criado em 1967, e mantido pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, que juntamente com os recursos da poupança voluntária, formou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). O Estado brasileiro, no governo militar, produzia uma estratégia e forma de intervir na política urbana e habitacional do país, pois havia uma estrutura de âmbito nacional, que paralelamente a administração direta do BNH e a rede de promoção e financiamento (estatal e privado) eram capazes de gerar recursos estáveis, permanentes e independentes das variações política (BONDUKI, 1998).

[14] O BNH foi uma empresa pública brasileira com sede em Brasília, apesar de ter o nome de Banco era voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index. php/rap/article/viewFile/9391/8458. Acesso em 12 br. 2018.

impedidos de atuar; os favelados, bem como suas ocupações e associações, passam novamente a ser tratados como problema de polícia (MOTTA, 2011).

Para Azevedo e Andrade (1982), as tensões sociais e a mobilização da esquerda ocorridas nas favelas foram cruciais na criação do Plano Nacional de Habitação e com este o BNH, como estratégia do novo regime destinada a “esfriar” as massas, buscando provar ser capaz de dar respostas aos problemas sociais enfatizados na carta da política Sandra Cavalcante endereçada ao Presidente da Republica em afirmava:

> Elas [as massas] estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter nos esforçar para devolvera elas certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelos menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as feridas cívicas (AZEVEDO, ANDRADE, 1982, p. 57).

Mas aos poucos, os objetivos propostos pelo Banco Nacional de Habitação foram enfraquecendo e a passagem do BNH para o status de banco de segunda linha consolidou o arranjo entre o setor público e o privado cabendo ao BNH o “[...] papel de um fundo catalisador dos recursos habitacionais, ao mesmo tempo em que lhe competiria um papel normativo, ditar as regras do jogo” (AZEVEDO, ANDRADE, 1982, p. 80).

A trajetória do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e BNH, de acordo com Silva e Silva (1989), não aconteceu de forma linear, podendo ser divididas em três fases: a primeira ocorre entre 1964 a 1969, com a implantação e expansão do BNH e das Companhias de Habitação Popular (COHABs), com considerável investimento em moradia popular; a segunda fase ocorreu entre 1970 a 1974, época de crises e esvaziamento do SFH, perdas significativas do dinamismo das COHABs com o aumento das prestações habitacionais acima dos reajustes salariais e, em 1971 o BNH é transformado em empresa pública assumindo a posição de banco de segunda linha, possibilitando a intervenção do setor privado nas operações da política de habitação.

A última fase do SFH compreende os anos 1975 a 1980, quando ocorreu à reestruturação e o revigoramento das COHABs e, a maioria das moradias produzidas destinava-se as famílias da classe média. Entretanto, em 1980, com a crise econômica, a inflação, o desemprego e o arrocho salarial influenciaram na redução de investimento (Tabela 2).

Tabela 2: Unidades financiadas pelo BNH para o mercado popular.

Anos	Unidades	%
1964-1969	178.227	17,7
1970-1974	76.746	7,7
1975-1980	749.911	74,6
Total	**1.004.884**	**100,0**

Fonte: Banco Nacional de Habitação – Departamento de Planejamento e Coordenação (Dplan). Rio de Janeiro (AZEVEDO, ANDRADE, 1982, p. 99).

No período de desgaste do governo ditatorial, intensifica a pauperização da população brasileira, propiciando a rearticulação da sociedade, ressurge e consolidam-se os movimentos sociais. De acordo com Maricato (2013), no período entre 1980 e 1990, conhecido como "décadas perdidas"[15], o crescimento demográfico foi superior ao crescimento econômico trazendo forte impacto no campo social e ambiental, ampliando a exclusão e a desigualdade social, também foi um período marcado pela pratica da autoconstrução pelos trabalhadores.

No ano de 1986, em meio à persistente instabilidade econômica, política e financeira, momento em que o país lutava para eleições diretas para presidente, foi decretado à extinção do BNH. Logo após, em 1987, criou-se o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), com o intuito de recuperar recursos destinados à política habitacional, mas, devido à instabilidade política e econômica enfrentada pelo país este programa não obteve êxito desejado.

A PNH teve um avanço com a Constituição Federal de 1988, conforme artigo 6º (BRASIL, 1988), a moradia digna passa constituir um direito social de todos, e os artigos 182 e 183 (BRASIL, 1988), expressam que compete ao Poder Público Municipal à execução da política de desenvolvimento urbano cujo objetivo "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes". (BRASIL, 1988). Mesmo sendo a habitação um direito social, conforme artigo 6º da Carta Magna, esse direito ainda não se converteu em realidade, pois o processo de urbanização no Brasil recria através de novos mecanismos de modernização conservadora a desigualdade social, ausência de direitos à cidade, apropriação desigual dos espaços e dos serviços públicos.

[15] A década perdida refere-se à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 1980 e 1990 quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo (MARICATO, 2013, p.21).

No ano de 2001, ocorreu o ordenamento legal da política urbana com a regulamentação da Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), conhecida como Estatuto das Cidades, fornecendo nova base jurídica para a política de urbanização no Brasil, “estabelecendo normas de ordem pública e interesse social, instituindo diretrizes e instrumentos de cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana” (PIRES, 2013, p. 44).

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, veio preencher o vazio institucional existente na política setorial urbana. A estrutura do Ministério das Cidades baseia-senos problemas sociais que afetam grande parte da população brasileira: a moradia, saneamento básico e transporte (MARICATO, 2006).

O Ministério das Cidades foi concebido tendo como premissa o direito à cidade e a moradia digna propondo um modelo participativo e democrático entre estados, municípios e demais movimentos, segmentos e organizações da sociedade na política de desenvolvimento urbano, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) a principal operadora de recursos da política urbana (Quadro 1).

Quadro 1: Princípios da Política Nacional de Habitação - 2004.

1. Moradia digna como direito e vetor de inclusão social **garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais.**
2. **Habitação é uma política de Estado.** O poder público é agente na relação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo.
3. **Gestão democrática com participação** dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e nos procedimentos.
4. **Articulação das ações de habitação à política urbana** e integrada às demais políticas sociais e ambientais.

Fonte: Brasil/Ministério das Cidades, 2014.

O MCidades pautado pelo principio da gestão democrática, descentralizada e com participação popular articulou a realização das Conferencias Municipais e Estaduais das Cidades, culminando com a Conferencia Nacional das Cidades, em outubro de 2003, responsável pela criação dos Conselhos das Cidades (ConCidades) e aprovação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Além do Conselho Curador de Fundo do Desenvolvimento Social, o Conselho das Cidades e o Conselho Nacional de Transito (CONTRAM), integram a estrutura do Ministério das Cidades a Secretaria Nacional do Desenvolvimento Urbano, a

Secretaria Nacional de Habitação (SNH), a Secretaria da Mobilidade Urbano e a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) (Quadro 02).

Quadro 2: Ministério das Cidades e duas secretarias.

Secretarias	Missão/objetivos	Ações
Secretaria Nacional do Desenvolvimento Urbano	Implantar o Estatuto das Cidades, através de ações diretas com transferências de recursos do OGU (Orçamento Geral da União)	Apoio à elaboração do Plano Diretor, regularização fundiária, reabilitação de aéreas centrais e contenção de riscos a assentamentos precários, acessibilidade e conflitos fundiários urbanos.
Secretaria Nacional de Habitação – SNH	Acompanhar, avaliar,formular e propor, os instrumentos para a implementação da PNH , em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia.	Apoio técnico aos entes federados e setores produtivos até a promoção de mecanismos de participação e controle social nos programas habitacionais.
Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana - SNMU	Fomentar a implantação da política de mobilidade urbana com a finalidade de proporcionar o acesso universal à cidade, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.	Adaptação na Mobilidade Urbana; projeto Eficiência Energética na Mobilidade Urbana; indicadores de efetividade da política nacional de mobilidade urbana, Programa Mobilidade Urbana de Baixo Carbono em Grandes Cidades e o projeto Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU)
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA	Assegurar à população os direitos humanos fundamentais de acesso à água potável em qualidade e quantidade suficientes, e a vida em ambiente salubre nas cidades e no campo, segundo os princípios fundamentais da universalidade, equidade e integralidade.	Eixos estratégicos de atuação: um voltado ao planejamento, formulação e implementação da política setorial, respeitando o pacto federativo; outro relacionado à identificação de novas fontes de financiamento que assegurem a contínua elevação dos investimentos no setor.

Fonte: Ministério das Cidades, 2017.

O Ministério das Cidades através de suas secretarias, na perspectiva de romper com a fragmentação e a centralização de momentos anteriores, passam a articular de forma mais democrática, nos eixos para o desenvolvimento urbano e a habitação de interesse social no país através de ações com foco na urbanização e adequação de assentamentos já existentes e também na produção habitacional.

A trajetória do processo histórico da moradia, no Brasil, pode ser marcada em quatro momentos: moradia antes de século XX, quando a falta de moradia passa ser considerada como uma expressão das desigualdades sociais; na primeira metade do século XX, quando a falta de moradia passa ser vista como Questão Social; a

moradia durante o regime militar e a instituição do BNH e última após a Constituição de 1988 com a consolidação da Política de Habitação no Brasil por meio de Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás (PEHIS-GO, 2012).

1.2 Política urbana e de habitação no Estado de Goiás

O “período de transformações em Goiás” na década de 1930, despontou com as medidas do Governo Federal, para a ocupação das fronteiras internas, a chamada Marcha para o Oeste e, à medida que ocorria o preenchimento dos espaços “vazios” acirravam os conflitos entre posseiros e latifundiários reforçando a expansão sobre os espaços tribais, conforme Moraes (2006, p. 83).

A denominada condição de “frentes de expansão” ou, ainda, a chamada “frente pioneira” (CARDOSO, 2012 *apud* Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2016, p. 14) revelam mais do que um processo de expansão demográfica no território, nas regiões Norte e Centro-Oeste, mas, fundamentalmente, um conjunto de processos e relações de temporalidades históricas distintas das demais regiões do país, não apenas do ponto de vista econômico, mas também dos modos de vida.

A estruturação do Sistema de urbanização em Goiás aconteceu de forma lenta ate a década 1950, com o projeto nacional de interiorização, investimentos em infraestrutura, transporte, energia e comunicações foram impulsionados pelo perfil demográfico principalmente com a migração de trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro e o mercado de trabalho do Estado de Goiás.

A transferência da capital do Estado de Goiás para Goiânia, no ano de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, a construção de Brasília na década de 1950 e os investimentos em rodovias favoreceram o processo ocupacional e o crescimento demográfico do estado.

> [...] Goiânia foi construída em um ambiente de profundas batalhas discursivas, com vistas à produção de uma nova mentalidade inspirada nos ideais de modernidade. Seus edifícios refletem o espírito de limpos, e lugares produzidos a partir de bases cientificas disciplinadores [...] A nova capital fundamentou discursos que deveriam produzir um novo homem. Esta era uma necessidade para a abertura das portas do Cerrado Goiano para a modernização prometida por Pedro Ludovico Teixeira (SILVA, MELLO, 2013, p.75).

Em Goiás com a construção da nova capital, ocorreu intensa imigração de trabalhadores desempregados, como mão-de-obra para edificação da capital e, após a implantação da capital migrantes continuavam a chegar em busca de trabalho, moradia e serviços públicos, o que contribuiu para o adensamento do interior do Estado.

Na região Centro-Oeste, especificamente, a cidade de Goiânia, a segregação socioespacial, foi constituída desde a sua construção, pois nesta época já era negado aos trabalhadores o direito à cidade. Os espaços segregados vão se constituindo conforme as regras do mercado imobiliário e, o poder político intervém seguindo a lógica dos interesses econômicos. Moraes (2006, p.184) ressalta que o Estado, maior proprietário fundiário, favoreceu a especulação imobiliária, implantou loteamentos nas regiões periféricas promovendo a segregação socioespacial "quanto mais pobre o trabalhador, mais distante do centro urbano localizava-se seu habitat," lógica que prevalece nos dias atuais.

A política segregacionista atravessada pelas crises econômicas e as mudanças na estrutura ocupacional acirram o desemprego e a precarização do trabalho impelindo as populações pobres a morar em espaços destituídos de direitos, (des)assistidas e carentes da presença do poder publico, em condições precárias nas áreas periféricas das cidades, tanto de grande, médio ou pequeno porte, como é o caso da cidade de Trindade, a ser enfatizada no capitulo II.

A década de 1970, em Goiás, foi marcada pela transformação do cerrado em áreas agrícolas, contando com o apoio, incentivos e investimentos pelo Estado no processo de modernização, a concentração fundiária nas mãos de poucos e a expulsão e deslocamentos massivos de trabalhadores do campo, sem condições de aderir ao novo padrão de desenvolvimento para a cidade, ocorrendo à inversão rural-urbana.

Conforme Moraes (2006, p 83), "a luta pela terra no território goiano, sempre foi desencontro de interesse de classe", pois enquanto uns lutavam pelo sustento de suas famílias outros buscavam o acúmulo de riquezas. A face excludente política agrária, os trabalhadores se unem criando organizações e movimento de luta pela terra que no campo marcava a conquista para o trabalho e nas cidades, a terra é o símbolo para a moradia.

Na luta pela moradia em Goiânia, a Liga dos Moradores da Vila Nova foi a primeira associação criada para defender os posseiros, antes denominados

invasores, que moravam próximos ao córrego Botafogo e, através dessa luta garantir o assentamento dos posseiros. O resultado do processo acelerado de urbanização trouxe impacto tanto nos espaços urbanos como no campo intensificando as desigualdades sociais, a segregação periférica de muitos trabalhadores do campo que aglomeram em assentamentos precários, longe do centro urbano, marcado pela ausência de infraestrutura ocasionando “a discrepância de serviços públicos e privados para a população [...] principalmente com relação à saúde, educação e moradia” (GO/PEHIS, 2012, p 30). Até a década de 1970, a população de Goiás era majoritariamente rural, segundo Borges (2017), a taxa de urbanização passou de 45,8% para 67,6% no ano de 1980.

Para Borges (2017), a falta de estabilidade econômica e política e de ações públicas efetivas na Capital ocasionaram aberturas de inúmeros espaços urbanos: loteamentos e posses, a grande maioria sem infraestrutura para atender aos trabalhadores provenientes do processo migratório oriundos do interior de Goiás e de outros estados em busca de melhores condições de vida.

Devido à precariedade da situação habitacional e urbana, na década de 1980, foi lançado pelo Governo de Goiás, o Programa Mutirão de Moradia, inspirado na participação coletiva dos trabalhadores rurais que se uniam em forma de mutirão durante o plantio e a colheita sem custos para o agricultor. Entretanto, essa ação de caráter “participativo” da população foi alvo de questionamento conforme Maricato e Moraes (1986), o “Mentirão de Goiás”, pois a mão de obra utilizada na construção das casas foi de funcionários das empresas municipais ou estaduais, operários de construtoras que prestavam serviço para o governo, além dos parentes e amigos. Esta ação ocorreu de forma precária, imediatista e sem avaliação social qualitativa foi “muito eficaz para o clientelismo na relação governo/eleitorado” (MARICATO, MORAES, 1986).

Apesar de tantas criticas salienta Borges que no interior do Estado de Goiás (Tabela 3) o Programa Mutirão da Moradia foi responsável pela construção de mais de 5.041 unidades habitacionais, em diversos municípios goianos dentre eles Trindade. É importante ressaltar que a primeira etapa a tecnologia não era adequada à moradia digna, pois as casas eram construídas de placas de concreto.

Tabela 3: Programa Mutirão da Moradia.

Município	Casas	Município	Casas	Município	Casas
Abadiânia	20	Goiandira	30	Orizona	40
Água Limpa	24	Goiânia	1561	Palminópolis	30
Anápolis	259	Goianira	26	Paraúna	50
Anhanguera	20	Goiatuba	96	Petrolina	30
Anicuns	56	Hidrolandia	30	Piracajuba	50
Aparecida de Goiânia	48	Heitorai	26	Pirenópolis	64
Araçu	20	Inhumas	51	Pires do Rio	50
Aurilandia	31	Itaberai	50	Pontalina	20
Bela Vista	50	Itaguaru	25	Rialma	27
Bom Jesus	100	Itapaci	40	Rubiataba	28
Brazabrantes	20	Itapuranga	50	Rio Verde	150
Buriti Alegre	38	Itauçu	30	Sancrerlândia	30
Caçu	32	Itumbiara	150	Santa Bárbara de Goiás	30
Caldas novas	50	Jandaia	33	Santa Cruz de Goiás	24
Campo Alegre	30	Jaraguá	50	Santa Helena de Goiás	100
Carmo do rio Verde	24	Jataí	80	Silvania	30
Catalão	99	Joviania	32	São Luis dos MontesBelos	100
Caturaí	20	Jussara	50	Taquaral	20
Ceres	150	Leopoldo de Bulhões	30	**Trindade**	**100**
Cromínia	20	Mairipotaba	20	Uruana	50
Cristianópolis	36	Moipara	20	Vianopólis	20
Cumari	30	Morrinhos	50	Casa de Zelador em Escolas	250
Edéia	36	Neropólis	30	Outras Cidades	35
Goianápolis	20	Nova Veneza	30	Total	5.041

Fonte: Empresa de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social (EMCIDEC) *apud* Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás, 2013. p. 39, adaptado pela autora.

As ações desenvolvidas com vistas ao equacionamento das necessidades habitacionais da população mais pobre ao longo do processo histórico em Goiás foram pontuais devido à falta de uma política efetiva de habitação. A partir da Constituição de 1988, as bases para uma nova Política Nacional de Habitação no Brasil foram lançadas através da Emenda Constitucional (EC) n. 26 (BRASIL, 2000) e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) inauguraram nova base jurídica para o trato da questão urbana e, por conseguinte, da questão habitacional.

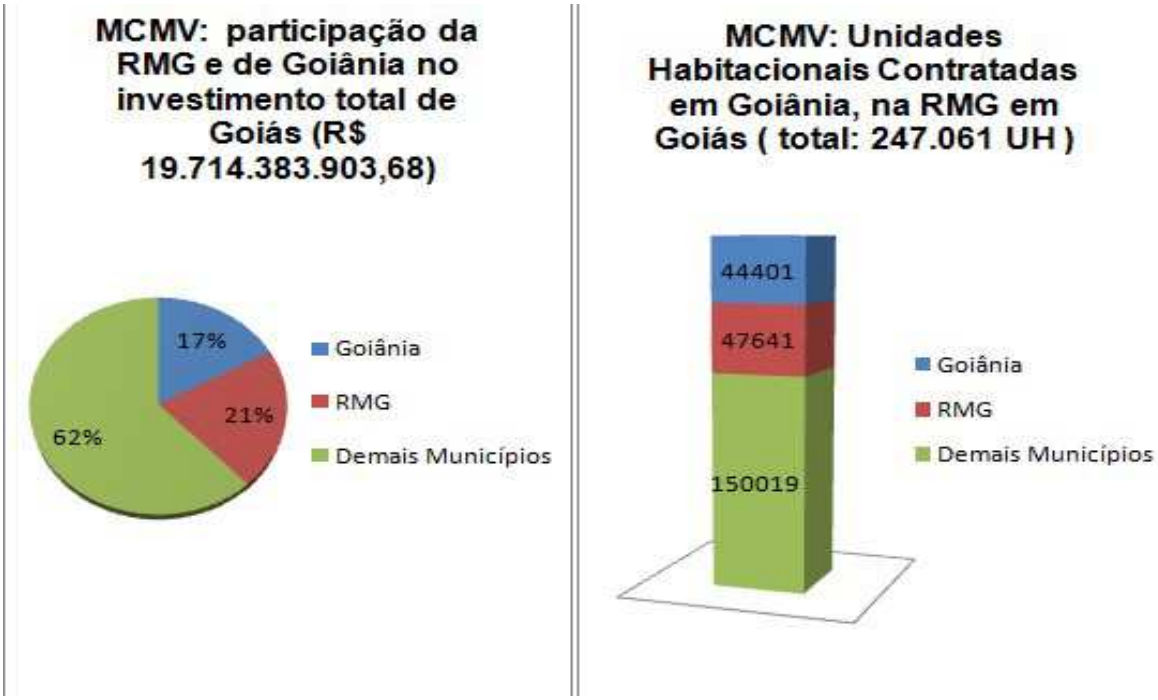
De acordo com o Diagnóstico Habitacional do PEHIS-GO (2012) para superar os obstáculos de acesso à moradia pelos trabalhadores mais pobres, são necessários articular.

> [...] ações de planejamento abrangendo os três níveis federativos,de modo que os estados e municípios, mediante suas competências, planejem seus investimentos e ações de forma integrada e complementar para atendimento às necessidades habitacionais.[...] o processo de elaboração do PEHIS/GO (meados de 2010), contou com a assessoria técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, tendo sido conduzido sob a liderança da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, a partir do aporte de recursos do FNHIS, por intermédio do Ministério das Cidades e interveniência da Caixa Econômica Federal (PEHIS-GO, 2012, p. 06).

Após a criação do Ministério das Cidades, em 2003, a instalação do Conselho Nacional das Cidades (2006) e a nova Política Nacional de Habitação (2005) impulsionaram programas e projetos habitacionais, possibilitando a contratação de habitação social.

Conforme Borges (2017), a contratação para produção de habitação social, em Goiás, entre os anos de 2009 a 2016, realizada através do PMCMV foi de 247.061 novas moradias, com investimentos de R$ 19.714.383.903,68, sendo que 44.401 unidades habitacionais foram produzidas na região de Goiânia; 47.641 foram contratadas para a RMG e as outras unidades habitacionais produzidas estão distribuídas nos demais municípios goianos (Gráfico 1).

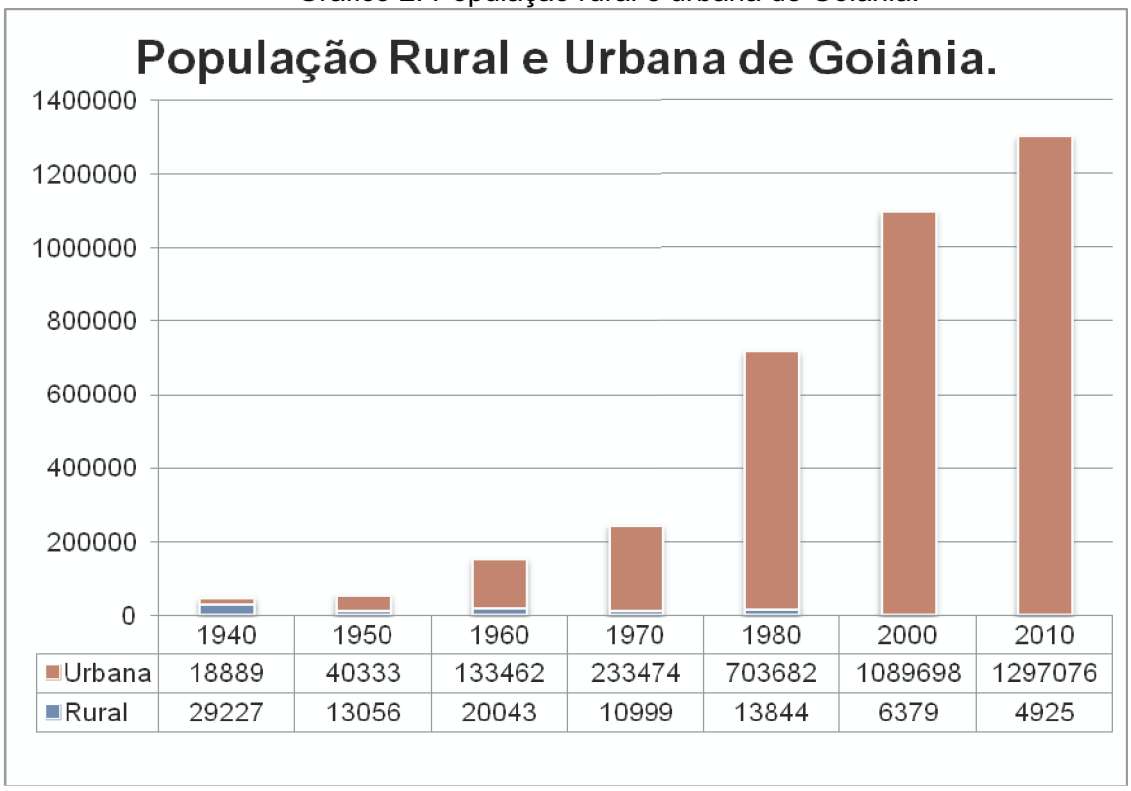
Gráfico 1: PMCMV: Unidades habitacionais e participação da RMG e de Goiânia no total de investimento de Goiás (2009-2016).



Fonte: CAIXA/Regional Sul de Goiás (*apud* BORGES, 2017, p. 223)

A população em Goiânia teve um salto quantitativo entre os anos de 1940 a 2010 (Gráfico 2). Goiânia foi planejada para 50 mil habitantes, no entanto, em 1960 já contava com mais de 153.505 moradores e, no que se refere ao quantitativo da população rural e urbano foi expressivo como consequência emergiram os problemas sociais nas mais diversas áreas como na saúde, educação transporte, saneamento básico e moradia.

Gráfico 2: População rural e urbana de Goiânia.



	1940	1950	1960	1970	1980	2000	2010
Urbana	18889	40333	133462	233474	703682	1089698	1297076
Rural	29227	13056	20043	10999	13844	6379	4925

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013, elaborado pela autora.

No cenário brasileiro, as políticas urbanas assumem caráter tecnocrático, não consolidando no campo dos direitos. Conforme estudos do CFESS (2016) salientam que:

> [A] mudança de percurso na direção de uma sociedade democrática [predomínio da programática neoliberal orientada para o capital] explicita-se no cenário brasileiro, no qual as diretrizes gerais e setoriais da política urbana assumem um cariz tecnocrático e não vêm se consolidando no campo dos direitos, mas, ao corporificarem interesses de grupos dominantes, esvaziam a luta política, transformando os sujeitos sociais em beneficiários e usuários, atendidos em programas que não modificam significativamente sua situação de segregação e de pobreza (CFESS, 2016, p.18).

A política urbana em Goiás e no Brasil é incipiente diante dos desafios sociais do país “não é suficiente à existência de boas leis “[...] é necessária a construção, no corpo social, de uma massa critica capaz de impulsionar a incorporação cada vez maior dos segmentos interessados no bom funcionamento da cidade” (MONTEIRO, 2013, p. 32).

Para Cocozza (2007), os instrumentos urbanísticos que organizam o espaço urbano induzem basicamente os padrões de diferenciação social e de separação

nas cidades. Esses mudam conforme a cultura e a historicidade local revelam os princípios que estruturam a vida publica e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço urbano.

No que se refere à ocupação do solo urbano, como na maioria das cidades brasileiras, encontram-se espaços vazios e, tanto em Goiânia, como em sua Região Metropolitana (RM)[16] é expressivo a quantidade de lotes vazios (Tabela 4). “Os loteamentos que promoveram a expansão urbana ocorreram desvinculados de qualquer responsabilidade, ou seja, a expansão urbana estava à mercê dos especuladores” (PIRES, 2013, p. 48).

Tabela 4: Situação da Ocupação de lotes cadastrados dos municípios pertencentes à RMG.

Municípios	Total de lotes	Lotes ocupados	Lotes vazios	% lotes vazios	Área urbana m²	% Área Urbana do Município
Abadia de Goiás	23.718	3.570	20.148	84,9	45,76	31,3
Aparecida de Goiânia	305.703	126.395	179.308	58,7	213,12	76,6
Aragoiânia	10.026	2.236	7.790	77,7	56,80	26,0
Bela Vista	14.192	7.488	6.704	47,2	197,29	15,4
Bonfinópolis	4.228	2.627	1.601	37,9	5,97	5,0
Brazabrantes	2.150	850	1.300	60,5	10,04	8,1
Caldazinha	3.916	774	3.142	80,2	47,76	19,0
Caturaí	3.244	1.244	2.000	61,7	1,97	1,0
Goianápolis	6.309	s/d	s/d	s/d	6,62	4,3
Goiânia	383.000	265.000	118.000	30,8	440,96	60,5
Goianira	52.962	23.660	29.302	55,3	49,45	23,0
Guapó	s/d	s/d	s/d	s/d	228,04	44,1
Hidrolândia	22.937	5.118	17.819	77,7	29,53	4,2
Inhumas	s/d	s/d	s/d	s/d	20,66	3,4
Nerópolis	8.289	4.986	3.303	39,8	21,56	10,8
Nova Veneza	4.800	2.300	2.500	52,1	10,39	8,1
Sto. Antônio	2.837	1.300	1.537	54.2	3,65	2,4
SenadorCanedo	62.702	29.902	32.800	52,3	185,99	75,5
Terezópolis	3.559	2.421	1.138	32,0	3,72	2,8
Trindade	**78.783**	**32.467**	**46.316**	**58,8**	**156,01**	**21,9**
TOTAIS	993.355	512.338	474.708	47,8	1.745,28	24,0

s/d – sem dados

Fonte: Região Metropolitana de Goiânia - Plano de Desenvolvimento Integrado, 2017 (p. 52).

Nota-se com base nas informações da tabela que os lotes desocupados poderiam ser utilizados para construção de moradias para abrigar as famílias que não tem moradia própria na RMG. Moysés e Bernardes (2005, p. 181) ressaltam que:

[16] A Região Metropolitana de Goiânia instituída pela Lei nº 27 (GOIÂNIA, 1999),fazia parte apenas 8 municípios, atualmente, conforme Lei Complementar nº. 78 (GOIÂNIA, 2010) fazem parte da RMG 20 municípios.

> [...] Goiânia apresenta-se como uma cidade marcada pela segmentação territorial, pela desigualdade social, pela expansão desordenada e pela ampla periferia que uma emoldura o desenho, a partir do qual linhas visíveis e invisíveis registram o quadro de desigualdade social e da segregação[...] A cidade é o espaço social e este não se reproduz sem conflitos e contradições. A idéia de conflito urbano é moldada a partir da noção de movimento que conduz à reflexão de que, numa sociedade de classes, o espaço não se (re)produz sem conflitos e contradições. Ao lado do capital imobiliário e do Estado, inscreve-se também o cidadão, com sua vida e suas lutas criando estratégias de sobrevivência, portanto interferindo na produção da cidade (MOYSÉS, BERNARDES, 2005, p. 181).

Os autores deixam explícito que a população pobre, passa a viver em precárias condições de vida, em sua maioria assentadas em loteamentos (clandestinos e/ou irregulares) em sua maioria construídos pela iniciativa privada até a década 1970 e pelo poder público a partir dos anos 1980. Estes localizam em áreas distantes do centro urbanizado, do mercado de trabalho e completamente destituído os equipamentos urbanos necessários.

O rápido crescimento populacional, a falta de política publica agregada a condições socioeconômicas e desemprego da população contribui significativamente para a dinâmica espacial urbana, a periferização como dimensão da cidade., emoldurando, “o desenho, a partir do qual linhas visíveis e invisíveis registram o quadro da desigualdade social e da segregação” (MOYSÉS, BERNARDES, 2005, p. 180).

Conforme Censo de 2010 (IBGE, 2010), a população da Região Metropolitana de Goiânia apresenta-se de forma desigual entre as cidades que a compõem. A RMG concentra 36,2% da população do Estado e, segundo IBGE a estimativa para o ano de 2017, o número de habitantes passaria de 2.173.141habitantes para 2.471.816 habitantes na RMG e, como crescimento populacional aumenta a demanda por moradia (Tabela 5).

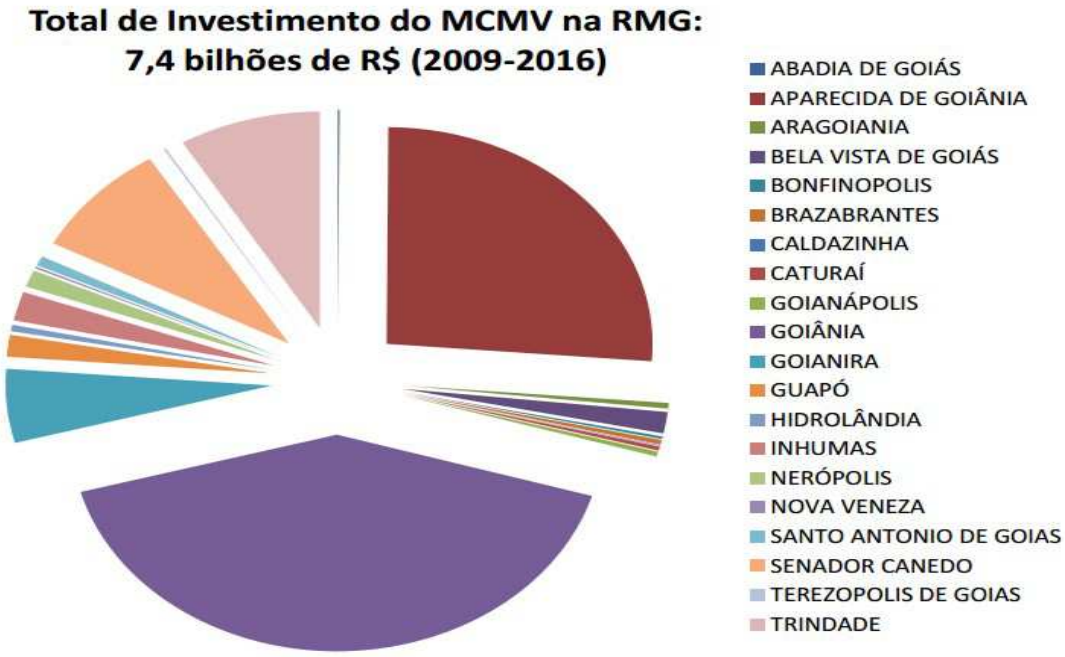
Tabela 5: População Total da RGM (2010 – 2017).

Municípios	2010	2017(Estimativa)
Abadia de Goiás	6.875	8.207
Aparecida de Goiânia	455.657	542.090
Aragoiânia	8.365	9.765
Bela Vista de Goiás	24.554	28.514
Bonfinópolis	7.536	9,052
Brazabrante	3.232	3.604
Caldazinha	3.325	3.703
Caturaí	4.686	5.041
Goianápolis	10.695	11.471
Goiânia	1.302.001	1.466.105
Goianira	34.060	41.169
Guapó	1 3.976	14.482
Hidrolândia	17.398	20.472
Inhumas	48.246	52.311
Nerópolis	24.210	28.271
Nova Veneza	8.129	9.389
Santo Antônio de Goiás	4.703	5.787
Senador Canedo	84.443	105.459
Terezópolis	6.561	7.634
Trindade	**104.448**	**121.266**
Total RMG	2.173.141	2.471.816

Fonte: IBGE, censo 2010 e estimativa de 2017.

Diante do cenário urbanístico, é possível notar que Trindade vai trilhando os mesmos rumos que os demais municípios brasileiros localizados nas regiões metropolitanos, configuração urbana marcada de espaços vazios, segregação espacial da população carente, expansão urbana acelerada sem regras para ocupação e uso do solo, ocupação de áreas ambientais legalmente protegidas e retalhamento territorial pelos especuladores imobiliários; movimento acentuado com a oferta de recursos com a política habitacional recente (PAC, MCMV, Crédito Solidário) escassez de serviços de infraestrutura urbana, além do crescimento em direção à metrópole.

Gráfico 3: RM de Goiânia: distribuição do investimento do PMCMV, por município (2009-2016).



Fonte: CAIXA/Regional Sul de Goiás (*apud* BORGES, 2017).

Nota-se conforma o Gráfico 3, a provisão habitacional do PMCMV para a RMG, de acordo com os dados da CEF, girou em torno de 7,4 bilhões entre 2009 e 2016. O município de Trindade esta incluso dentre os municípios que obteve número expressivo de unidades habitacionais construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO DE TRINDADE

2.1 Caracterização do município

O município de Trindade tem 97 anos de emancipação política. Está localizada a 18 quilômetros de Goiânia, com uma área territorial de 751,95 km², integra a Mesorregião do Centro Goiano e a Microrregião de Goiânia, a interligação à capital do Estado ocorre pela GO-060 (Rodovia dos Romeiros), dando acesso aos mercados de grandes eixos do Norte, do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste brasileiro. A força econômica do município advém do pólo de confecções, da indústria e do turismo religioso (TRINDADE/ PLHIS, 2013).

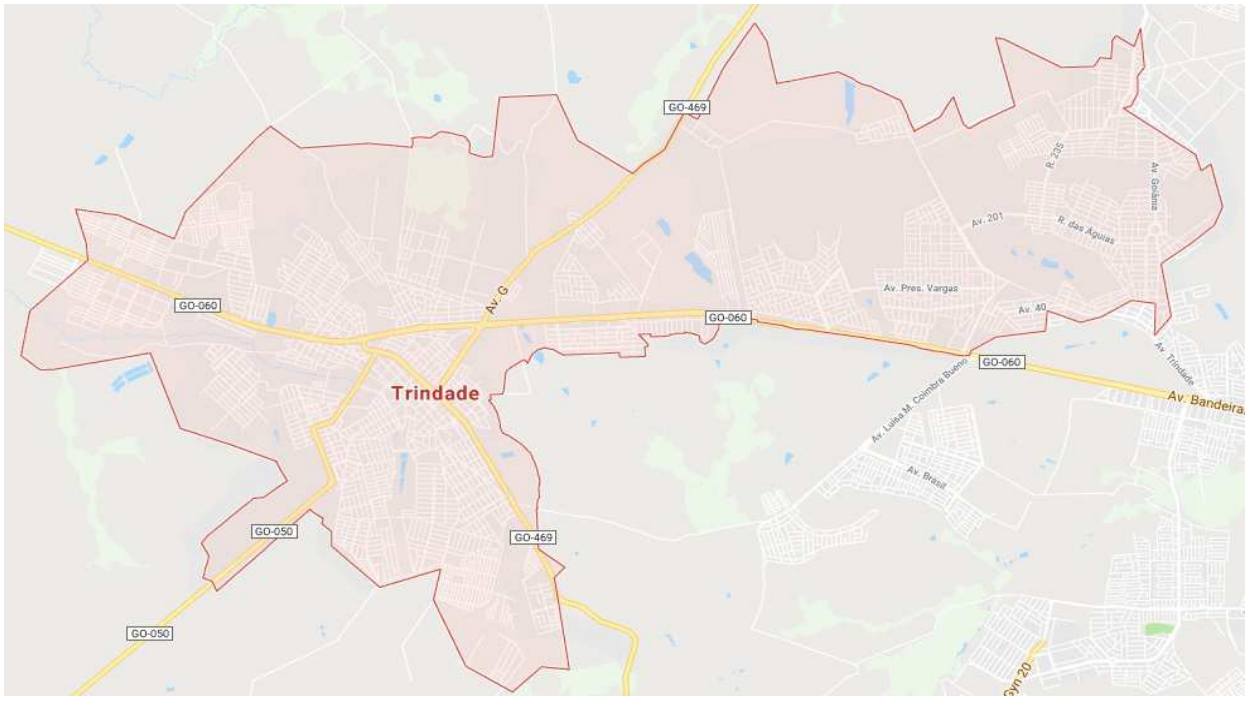


Figura 1: Mapa Político de Trindade.
Fonte: Google Maps, 2018.

2.2 Religiosidade em Trindade

O município de Trindade, antiga área denominada de Barro Preto, distrito pertencente até o ano de 1920 o extinto município de Campinas, hoje bairro de Goiânia. Tem seu surgimento com o achado do medalhão de barro da Santíssima

Trindade pelo casal de lavradores Ana Rosa e Constantino Xavier por volta dos anos de 1840 (JACÓB, 2010).

Enquanto o mundo salienta Jacób (2010), via e experimentava a propagação da doutrina positivista de Comte, o inicio da revolução industrial e o manifesto comunista de Marx (1848) no sertão goiano, marcado pela pobreza e esquecimento da classe política nascia uma das mais importantes manifestações religiosa no Brasil.

Após o achado do medalhão, o pequeno arraial do Barro Preto, hoje Trindade, passou a receber pessoas para prestar culto ao Divino Pai Eterno. E, para cultuar essa devoção o casal mandou construir uma capela de palha de buriti e, mais tarde os fazendeiros se juntaram para construir uma igreja de alvenaria. Assim, ao longo dos anos muitas mudanças ocorreram no município, mas prevaleceram as características da Igreja matriz (Figura 2).

Figura 2: Antiga Praça da Igreja Matriz de Trindade, 1920.
Fonte: Google, 2018.

Devido à propagação dos milagres e graças alcançadas pelos devotos, ainda hoje é possível ver romeiros que percorrem grandes distancias à pé, a cavalo ou em carros de bois, além dos outros meios de transportes utilizados, mantendo muitos deles a tradição dos seus antepassados, para louvar e agradecer ao Pai Eterno as graças recebidas.

> A religião se configura como um meio simbólico por excelência, num contexto marcado por ciclos naturais e relações fundamentadas basicamente no campesinato e, Trindade, não acontece diferente. Como um fenômeno de massa, voltado a milagres e promessas, as pessoas foram se juntando, rezando terços, aumentando o numero de rituais, iniciando a romaria, criando o santuário,até se consolidar não mais num vilarejo sem expressão, Barro Preto, mas, alcançara legitimidade política, constituindo o município de Trindade (PARKER, 1996 *apud* SILVA, 2005, p. 29).

Ao longo da Rodovia dos Romeiros, sentido Goiânia-Trindade, durante os dias de romaria é intenso o fluxo de pessoas a pé, movidos principalmente pela fé,chegam até a cidade após uma caminhada de 18 quilômetros pelo “Caminho da Fé” (Figura 3). Durante percurso, os peregrinos podem conferir painéis em alto relevo, do artista plástico Omar Souto, representando a Via-Sacra.

Figura 3: Romeiros rumo a Trindade, 2017.
Fonte: AFIPE

Em Trindade, além das manifestações características do catolicismo presentes: missas, novenas, confissões e procissões, outra manifestação de carinho que acontece todos os anos é a concentração de carros de bois (Figura 4). Os carreiros vão chegando pouco a pouco vindos de vários lugares, e, houve carreiro

que aproveitou o momento para denunciar a falta de apoio por parte do governo municipal de sua cidade. Ressalta Jácob (2010, p. 336):

> Outra manifestação de carinho dos romeiros para com o Divino Pai Eterno é a romaria do carreiro. Pessoas que, apesar da modernidade e da facilidade de locomoção, ainda fazem questão de vir à romaria em carro de boi. São centenas deles. Com os carros de boi, no século passado, começou a grande romaria. Neste século, até a inauguração de Goiânia e, posteriormente, Brasília, carros motorizados eram raridades em Goiás; [...] Porém nos dias atuais, não justifica o seu uso, a não ser por tradição, ou por homenagem ao Divino Pai Eterno, coisa que acontece em Trindade.

O desfile de carros de bois grande acontece na quinta-feira que antecede ao domingo da festa e grande concentração ocorre no carreiródromo[17].

Figura 4: Transportando a imagem do Pai Eterno durante o desfile, 2017.
Fonte: AFIPE.

No ano de 2017, participaram do desfile 400 carros de bois, muitos carreiros chegam a andar 200 km com a tropa para participar do evento e agradecer às bênçãos recebidas. Neste ano, 2018, mais de 350 comitivas de carros de bois (INFORMATIVO TRINDADENSE, 2018, p. 5) oriundas de diversas cidades do interior goiano, mais uma vez fizeram presentes no desfile, percorrendo algumas ruas da cidade, passando pela Igreja Velha rumo ao carreiródromo, ponto crucial do desfile. Além dos carros de bois, outros animais com suas carroças participam do desfile

[17] Espaço criado inicialmente para apresentação do desfile dos carros de bois, ampliando para receber *shows* nos mais variados segmentos (JACOB, 2010).

(Figuras 5 a 8). Outro marco importante, é o desfile dos muladeiros e cavaleiro. que acontece na sexta-feira, este ano participaram mais de 6.000 muladeiros e cavaleiros (INFORMATIVO TRINDADENSE, 2018).

Figura 5: A presença do cãozinho e sua carrocinha, 2017.
Fonte: AFIPE

Figura 6: Atrações no desfile: bode e sua carrocinha, 2017.
Fonte: AFIPE

Figura 7: O carro puxado por bodes.
Fonte: arquivo da autora.